

A CRISE DA POLÍTICA EM HONDURAS: O GOLPE CONTRA MANUEL ZELAYA

Por Karl Schurster¹ & Rafael Araújo²

Mais uma vez nos vemos diante de tempestades transformadoras do tempo presente. Por mais nos surpreendamos com a “violência psicológica” que a mídia nos impõe como se os eventos estivessem a nossa frente e apenas não damos a devida importância a eles até que se deflagrem como algo de interesse comum a todos, o caso do golpe de Estado em Honduras pode ser melhor compreendido se utilizarmos o método da comparação.

O Golpe impetrado contra o presidente eleito de Honduras, Manuel Zelaya vem a preencher a série de atentados aos governos democráticos e constitucionais em nosso continente nos últimos 100 anos. A ação de grupos militares, apoiado pela oligarquia hondurenha, parlamento e por parte meios de comunicação, guarda semelhança com outras ações à ordem democrática nos últimos anos.

Em Abril de 2002, Hugo Chávez foi vítima de um Golpe de Estado orquestrado pela elite venezuelana, capitaneada pelos meios de comunicação, e entidades empresariais. Esta ação foi desbaratada em menos de 48h, devido à resistência civil dos venezuelanos legalistas, que tomaram as ruas do país apoiando Chávez, eleito democraticamente em 2000 após a aprovação da nova carta magna venezuelana.

Os acontecimentos correntes em Honduras, guardadas as devidas proporções, guardam semelhanças com os da Venezuela. A repressão aos resistentes civis e o apoio oligárquico e dos meios de comunicação ao “novo governo” são os fatores que aproximam ambos os acontecimentos. Mas, há uma diferença marcantes entre os dois fatos: o apoio internacional à legalidade e aos princípios democráticos e constitucionais.

Se em 2002, a comunidade internacional ficou reticente quanto ao apoio ou não a Chávez, em Honduras a situação é completamente distinta. Grupo do Rio, SICA, Alba, União Européia, ONU, e mesmo de forma reticente os EUA, que foi levado mais pela onda internacional “pró-

¹ Doutorando em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente/UFRJ.

² Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente/UFRJ.

Zelaya”, apressaram-se em repulsar as ações castrenses e do parlamento Hondurenho, ratificando o apoio ao mandatário eleito por voto popular.

Neste sentido, o alvorecer de um novo século, com novas preocupações e novas agendas internacionais ainda são um caixa de pandora para pesquisadores e analistas internacionais que se vêem acometidos de uma enxurrada de fontes e materiais produzidos *full time* para entender contextos tão complexos e profundamente históricos (e históricos não no uso do passado, mas na legitimação de um novo presente) e que nos demanda recorrer constantemente aos estudos teóricos em busca de bases mais sólidas explicando que a particularidade do evento não retira dele características gerais presentes no contexto de uma Nova Ordem Mundial.

È neste sentido que pensamos sobre o político e o político no tempo presente. Segundo o teórico Patrick Charaudeau (*O Discurso Político*) estamos vivenciando uma mutação do político que nos levam a dois questionamentos: está havendo uma degeneração do político ou a construção de um novo *ethos* político?

O Golpe de Estado perpetrado pelo exército com o apoio da ala radical do Partido Liberal e do então Presidente do Congresso Roberto Micheletti está incluso como exemplificação desta discussão. Até quando continuaremos vendo as intempéries do político serem resolvidos pela força e/ou exército? Será que estamos alertando aos Cientistas Políticos, Sociólogos, Historiadores e Internacionalistas que a Guerra Fria terminou e que precisamos repensar as características do político, mas a própria *práxis* política, em vários casos, não demonstra esta aplicabilidade? Os problemas políticos devem ser resolvidos pelo político. Utilizar exército, violência, estado de sítio, censura, tirar a liberdade de ir e vir dos indivíduos esvazia o sentido do político incitando a violência e colocando em risco a sociedade civil (entendida como tudo aquilo que não é Estado).

O Golpe Estado de Junho e a organização internacional pró-Zelaya.

No dia 28 de junho passado o governo do presidente Manuel Zelaya foi acossado por um golpe de Estado perpetrado pelo então presidente do Congresso Roberto Micheletti, com o apoio do Exército Hondurenho. A casa do presidente foi alvejada por tiros e um grupo de aproximadamente 200 militares fortemente armados prendeu o presidente e o expulsou do país.

Tal atitude foi de encontro à constituição hondurenha que repulsa terminantemente a expulsão de qualquer cidadão. A Costa Rica deu abrigo a Zelaya, que a partir de então passou a realizar uma série de contatos internacionais, buscando apoio. Prontamente, os países latino-

americanos posicionaram favoravelmente ao presidente hondurenho, reivindicando o respeito à carta magna e ao Estado de Direito de Honduras.

Tal fato é significativo, pois mais uma vez os latino-americanos mostram unidade diante de ações contra a democracia. Tal como havia sido em setembro de 2008 no massacre de mais de 20 camponeses em Pando (Bolívia), que poderia ter iniciado uma guerra civil entre o governo boliviano e os separatistas, as nações soberanas da região repulsaram atos de violência e violações ao Estado de Direito da nação da América Central.

As motivações da inconstitucional ação devem ser buscadas na História do Tempo Presente hondurenha. Zelaya foi eleito presidente em 2005. Governante de característica nacionalista, ao longo do seu mandato se aproximou dos governos de esquerda que ascenderam na região neste início de milênio. A dependência da importação petrolífera (visto que a economia do país é agroexportadora) levou a uma aproximação com a Venezuela.

A ligação Honduras e Venezuela ocorreu nos marcos da Alba (Alternativa Bolivariana das Américas). Este projeto de integração visa os desenvolvimentos econômicos, sociais e democráticos da região. A materialização deste projeto ocorre com a *Petrocariben*. Esta visa atender à política chavista de incentivo à venda de petróleo subsidiado para as nações centro-americanas e caribenhas.

A Petrocaribe surgiu para propiciar a integração energética entre Venezuela, América Central e Caribe. Na verdade, o chavismo buscou com essa política atender a dois objetivos: 1 – diversificar os mercados consumidores do seu petróleo, quebrando assim a dependência da exportação do hidrocarboneto para os EUA, hoje na casa dos 53%; e 2 – fortalecer o projeto de integração da Alba, atraindo aliados e criando mecanismos de integração, que não sejam meramente econômicos, mas que trabalhem com a perspectiva de superação das assimetrias econômicas e sociais.

A dependência econômica de Honduras em relação aos EUA, comprador de aproximadamente 85% das exportações do país, levou Zelaya a se aproximar com o chavismo. Objetivar-se-ia fissurar este aspecto comercial, ao mesmo tempo em que Honduras adentraria na “diplomacia petrolífera” de Chávez.

Igualmente, a identificação de Zelaya com o projeto soberano, antiimperialista e combatente ao neoliberalismo de Chávez o levou a se aproximar da Venezuela, adotando uma política externa independente dos EUA.

Internamente, aspectos do chavismo foram incorporados ao *zelayanismo*. Dentro deste marco, o mandatário hondurenho pleiteava convocar uma Assembléia Constituinte. Esta seria votada ao final de 2009, conjuntamente à eleição para presidente, parlamentares e lideranças municipais. Entre outros, Zelaya pleiteava:

- Reeleição para presidente e demais cargos eletivos;
- Construção da democracia participativa via incorporação à carta magna de plebiscitos e referendos;
- Fortalecimento do Estado;
- Reconhecimento dos direitos indígenas;

Neste sentido, em 05/07 ocorreria uma consulta popular onde os hondurenhos votariam sobre a realização ou não em novembro da proposição de instauração de uma Assembléia Constituinte. Os embates de Zelaya com o Congresso e os militares, que o acusaram de buscar se perpetuar no poder, se intensificaram no último período.

Buscando evitar a realização da consulta popular, o Congresso do país votou uma medida que invalidava as consultas populares que não fossem através da realização de referendos e plebiscitos. No entanto, para a ocorrência destes deveriam transcorrer 180 dias entre a convocatória e a realização. Esta manobra do parlamento impediria Zelaya de realizar a consulta popular sobre a Constituinte ao final do corrente ano. A preocupação do Partido Liberal (partido pelo qual Zelaya foi eleito) é de que a aproximação com Chaves venha a desembocar numa onda desenfreada de nacionalizações enfraquecendo assim, a oligarquia dominante num país de altos índices de pobreza e concentração de renda.

O presidente hondurenho não arrefeceu em seu desejo de realizar a consulta popular. O Exército foi convocado pelo presidente a realizar toda a logística do evento. A recusa em participar da organização desta votação pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Gal. Romeu Vasquez, fez com que Zelaya o demitisse. Comandantes militares e o Ministro da Defesa Angel Edmundo Orellana solicitaram a saída do governo, ao mesmo em que o Judiciário aprovava a obrigatoriedade de retorno de Vasquez as suas funções.

Zelaya entrou em confrontos com as principais instituições hondurenhas: Judiciário, Parlamento e Forças Armadas. Setores destes grupos, apoiados pela grande mídia

hondurenha, oligarquias rurais e a incipiente burguesia passaram a articular a realização do Golpe. Como dissemos, este foi consumado em 28 de junho.

Para ensejar ao golpismo um caráter legal e jurídico, os golpistas colocaram na presidência de Honduras o então presidente do parlamento Roberto Micheletti, também do Partido Liberal. Este ato foi apoiado pela maior parte dos parlamentares hondurenhos, numa seção onde a casa do povo esteve fechada. Patrícia Rodas, Ministra das Relações Exteriores, símbolo da progressiva política exterior zelayanista também foi afastada de suas funções.

Os discursos golpistas estão articulados para propiciar um caráter legal as suas ações. Inclusive, o Comissário Nacional dos Direitos Humanos propôs uma saída negociada e “diplomática” para a crise: a convocação de uma consulta popular extraordinária para que os hondurenhos votassem se estão ou não favoráveis ao retorno do legítimo mandatário Zelaya. Ao mesmo tempo, as eleições presidenciais em novembro foram confirmados pelo ilegal governo.

Paralelamente a esta tentativa de legalizar o golpe, assistimos à supressão dos direitos individuais em Honduras. O direito de reunião, circulação, associação e manifestação cidadã foram suspensos. Ademais, as Forças Repressivas ganharam autorização para prenderem os hondurenhos por mais de 24h sem mandato judicial e para violarem domicílios. Quando presenciamos 220 anos da Revolução Francesa, assistimos a quebra de princípios basilares deste processo: o direito de reunião e ao ser preso com autorização judicial.

A inconstitucionalidade e a quebra do Estado democrático e de direito reinam em Honduras. Golpismo, atentados aos valores democráticos e às liberdades do homem estão presentes na nação hondurenha. Não há nenhum caráter legal e juridicamente defensável nas ações do Michelliti e seus correligionários, mas simplesmente à quebra da ordem constitucional da nação.

Repulsa internacional e resistência popular.

Nem o mais incrédulo organizador do golpe imaginava a repulsa internacional à expulsão de Zelaya de Honduras. ONU, OEA, EUA, União Européia e nações latino-americanas repugnaram as ações de Michelliti e aliados internos. O apoio à democracia hondurenha e o respeito à constitucionalidade estiveram presentes nas falas dos principais oradores internacionais.

A condenação dos EUA ao golpe foi tímida. As declarações ocorreram no vácuo da indignação latino-americana. Ainda que afirmassem o apoio a Zelaya e ao Estado de Direito hondurenho, os EUA em nenhum momento ameaçaram bloqueá-lo economicamente e nem a suspender as relações diplomáticas, ao contrário dos latinos que afirmaram que isolariam economicamente, diplomaticamente e comercialmente Honduras caso Zelaya não retorne ao poder.

O significativo deste acontecimento residiu na união latino-americana contra os golpistas. Podemos afirmar que a democracia está consolidada em nosso continente. Guardada as divergências ideológicas, democracia participativa x democracia representativa; há um ponto que une os latinos: o apoio à democracia, ao Estado de Direito e à ordem constitucional.

Por outro lado, a resistência popular expande-se a cada dia. A população mais pobre de Honduras vem ocupando as ruas do país contra os golpistas. Repete-se o fenômeno venezuelano, onde a população civil reage ao afastamento do presidente constitucionalmente eleito.

A restrição das liberdades individuais e dos demais aspectos democráticos como falamos acima não possuem ligação com a existência de grupos estrangeiros, o que levaria a defesa do cidadão hondurenho, como afirmado pelo governo. A intenção destas violações à carga magna e à liberdade do homem residem nas concentrações populares na *calles* hondurensas.

Como ocorrido na Venezuela em 2002, a população encontra-se mobilizada na defesa de Zelaya. A capital Tegucigalpa e outros estados assistem ações espontâneas da população, onde não há dirigentes partidários ou de organizações sociais liderando o movimento. Ademais, há indícios de insatisfação com o fato transcorrido dentro das Forças Armadas, podendo assim derivar num contragolpe por este setor.

Não podemos separar estes acontecimentos da característica de uma Nova Ordem Mundial estabelecida desde fins da Guerra Fria e atentados contra o World Trade Center. Este evento nos faz repensar as características do político e dos organismos internacionais e suas eficácias de intervenção para frear o avanço de um golpe contra a representação popular. Não estamos discutindo a popularidade ou julgando o governo Manuel Zelaya, mas estamos questionando a violação de leis internacionais que legitimam e abrem espaços para regimes

de exceção onde os maiores atingidos são a sociedade civil que se vê sitiada, cerceada desde a liberdade de imprensa até o ato de andar pelas ruas de Honduras.